



EXTRATO DE PORTARIA

Portaria nº 116/15. Designar **JAQUELINE MARIA GALLO CAMPOS**, Assistente Técnico I, para executar as funções da Chefe da Divisão de Material e Patrimônio, afastada por motivo de férias, no período de 13/08/15 à 22/08/15, fazendo jus ao salário da substituída, durante o afastamento.

Portaria nº 117/15. Nomear para o Cargo de **TÉCNICO NÍVEL MÉDIO - ADMINISTRATIVO, NT, Letra A**, desta Autarquia Municipal, **JEFFERSON VILEMOR OLIVEIRA CANDIDO**, a partir de 12/08/15.

Portaria nº 118/15. Conceder a **EDSON ANTUNES GÓES**, LICENÇA PRÊMIO de 30 (trinta) dias em descanso, de 26/08/15 a 24/09/15, referente ao período de 2.007/2.012, Processo Administrativo nº 1.600/13.

Portaria nº 119/15. Exonerar a pedido, a Servidora **CAROLINE MESSIAS DA SILVA**, do Cargo de **Cozinha**, desta Autarquia Municipal, Processo Administrativo nº 6.648/15, a partir de 25/08/15.

Portaria nº 120/15. Nomear para o Cargo de **GARI, Nível II, Letra A**, desta Autarquia Municipal, **TADEU PIRES DE ALMEIDA**, a partir de 08/09/15.

Ourinhos, 10 de Setembro de 2015.

Haroldo Adilson Maranhão
Superintendente da SAE

Publicada e registrada no Setor de Expediente, na data supra.



ERRATA

Edição nº 909 de sexta-feira 04 de setembro de 2015, Pagina 10

Onde se lê: Aviso de Licitação - Processo 1401/15 Pregão 46/10 -
Leia-se: Processo 1401/15 Pregão 46/15.

Onde se lê: Aviso de Licitação - Processo 1403/15 Pregão 48/10 -
Leia-se: Processo 1403/15 Pregão 48/15.

Onde se lê: Processo nº 1400/15. Pregão Presencial nº 47/2010
Leia-se: Processo 1400/15 Pregão 47/15.

JULGAMENTO

Processo nº 1201/15. Pregão Presencial nº 44/15. Objeto: Registro de Preços para locação de caminhões e máquinas. Empresas Participantes: Ourigrama Terraplanagem Ltda EPP e DTTrans Transportes Ltda ME. Empresa Inabilitada: DTTrans Transportes Ltda ME. Empresa Vencedora: Ourigrama Terraplanagem Ltda EPP nos lotes 01(R\$120,00), 02(R\$300,00) e 03(R\$280,00). Haroldo Adilson Maranhão. Superintendente da SAE.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 47/15. Processo nº 1201/15. Pregão Presencial nº 44/15. Órgão Gerenciador: Superintendência de Água e esgoto de Ourinhos. **Empresa Detentora:** Ourigrama Terraplanagem Ltda EPP. **Objeto:** : Registro de Preços para locação de caminhões e máquinas.. **Data de assinatura:** 26/08/2015. **Vigência:** 12 meses. Haroldo Adilson Maranhão. Superintendente da SAE.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO



CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS
Estado de São Paulo

CONVOCAÇÃO

A Câmara Municipal de Ourinhos torna público que foram apresentados os Projetos de Lei nºs 58 e 59/2015, e convoca a população em geral a participar das audiências públicas a serem realizadas no dia 15 de setembro (terça-feira), das 10 às 11 horas, e no dia 16 de setembro (quarta-feira), das 10 às 11 horas, ocasiões em que os referidos projetos estarão à disposição da comunidade, conforme preceituado no artigo 74 da Lei Orgânica do Município.

PROJETO DE LEI Nº. 58/2015

Dispõe sobre a inclusão de educação ambiental de forma transversal nas escolas municipais de ensino de Ourinhos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ourinhos, nos termos do disposto na Lei Orgânica do Município, aprova a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída na Secretaria Municipal de Educação a inclusão de educação ambiental de forma transversal nos currículos, com a finalidade de contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de maneira comprometida,

respeitando a vida e o bem-estar de cada um e da sociedade local e global trabalhando com atitude, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades, procedimentos e comportamentos ambientais corretos.

Art. 2º. Cabe a rede municipal de ensino, fomentar, promover e desenvolver a educação ambiental de forma transversal no currículo escolar e integrá-la como prática educativa contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, na elaboração de projetos educativos, no planejamento de aulas e na análise do material didático; oferecendo ao aluno instrumentos que o faça perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as intenções entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente.

Parágrafo Único. Todas as unidades escolares do município estabelecerão em seu plano de trabalho anual, suficiente número de horas para as discussões e programação das atividades de educação ambiental a serem realizadas pela própria unidade escolar e/ou pelos professores de cada disciplina.

Art. 3º. Os programas e atividades de educação ambiental, além dos conteúdos teóricos em salas de aula, deverão enfatizar a observação direta da natureza e os problemas ambientais, o estudo do meio, as pesquisas de campo e as experiências práticas, que possibilitem aos alunos adequadas condições para aplicação dos conceitos.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, em cooperação com outros órgãos públicos, instâncias de gestão participativa, instituições privadas e sociedade civil organizada visa promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente assim como coordenar, fomentar e promover educação ambiental, bem como estabelecer diretrizes de educação ambiental no licenciamento ambiental:

I - Às demais secretarias e autarquias, de forma a implementar a educação ambiental voltada para a gestão das políticas públicas setoriais em conformidade com suas respectivas especificidades

II - Às instituições educativas da rede privada e estatal, com vistas a promover a educação ambiental de maneira transversal e interdisciplinar integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - Aos meios de comunicação de massa de todos os setores, para promover, disseminar e democratizar as informações e a formação, de maneira ativa e permanente na construção de práticas socioambientais.

IV - Às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, para promover programas destinados à formação dos trabalhadores e empregadores, visando a melhoria e controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

V - Ao setor privado, para inserir a educação ambiental permeando o licenciamento, assim como no planejamento e execução de obras, nas atividades, nos processos produtivos, nos empreendimentos

e exploração de recursos naturais de qualquer espécie, sob o enfoque da sustentabilidade e a melhoria da qualidade ambiental e saúde pública.

Art. 5º. Com base no art. 16 da Lei Estadual nº. 12.780/07, a Educação Ambiental a ser desenvolvida em todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica caracterizar-se-á como uma prática educativa e integrada contínua e permanente aos projetos educacionais desenvolvidos pelas instituições de ensino, incorporada ao Projeto Político Pedagógico das Escolas.

Parágrafo Único. A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, devendo ser inserida de forma transversal no âmbito curricular

Art. 6º. Com base no art. 10 da Lei Federal nº. 9.795/99, a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal

§ 1º. A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º. Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º. Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 7º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 8º. Revoga-se a Lei nº. 5.527, de 21 de setembro de 2010.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ourinhos, 12 de agosto de 2015.

BELKIS GONÇALVES SANTOS FERNANDES
Prefeita Municipal

PROJETO DE LEI Nº. 59/2015

Institui o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais – PMPSA e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ourinhos, nos termos do disposto na